vierem a vigorar, couberem aos empregados do mesmo estabelecimento de igual categoria e tempo de serviço.

§ único. A melhoria de pensão aos aposentados ou reformados que, por extinção do respectivo lugar ou por outra qualquer causa, não tenham, actualmente ou de futuro, correspondência nos quadros de actividade, regular-se há pela que couber aos empregados de pensão igual ou aproximada, estabelecendo-se neste último caso a devida proporção.

Art. 5.º As aposentações ou reformas de que trata o artigo anterior continuam, nos termos dos artigos 414.º e 428.º a 439.º do regulamento da Imprensa Nacional, aprovado por decreto n.º 174, de 20 de Outubro de 1913, a ser pagas pela Caixa de Socorros da mesma Imprensa.

Art. 6.º Uma quinta parte do aumento da linha de anúncio no *Diário do Governo* proveniente deste diploma dará directamente entrada nos cofres da Caixa de Socorros da Imprensa Nacional e da Caixa de Auxílio a Viúvas e Órfãos dos Empregados da Imprensa, na proporção de 80 por cento para a primeira e 20 por cento para a segunda.

Art. 7.º É fixado da seguinte forma o preço das assinaturas do *Diário do Governo*:

Três séries — Ano 200\$ — Semestre 110\$.

1.ª Série — Ano 80\$ — Semestre 42\$.

2.ª Série — Ano 70\$ — Semestre 37\$.

3.ª Série — Ano 70\$ — Semestre 37\$.

§ único. Com a 3.ª série do *Diário do Governo* continuará a fazer-se a distribuição das listas de vendas de foros, bens nacionais e bens compreendidos nas leis de desamortização.

Art. 8.º É elevado a \$10 por página o preço da venda avulsa de qualquer das séries do *Diário do Governo* ou seus apêndices, não se podendo, porém, vender qualquer número ou suplemento por menos de \$20.

Art. 9.º Serão actualizados, a partir de 20 de Setem-

bro próximo, pela Direcção Geral da Imprensa Nacional, os preços de venda de impressos do respectivo armazém, bem como dos números atrasados do *Diário do Governo*.

Art. 10.º Ficam assim revogados o decreto n.º 8:395, de 29 de Setembro de 1922, e os artigos 1.º, 6.º, 7.º e 8.º do decreto n.º 8:434, de 21 de Outubro de 1922, e demais legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 13 de Setembro de 1923. — ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — António Maria da Silva — António Abranches Ferrão — Francisco Gonçalves Velhinho Correia — Abel Fontoura da Costa — Domingos Leite Pereira — João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes — Alfredo Rodrigues Gaspar — João José da Conceição Camoesas — Alberto da Cunha Rocha Saraiva — Joaquim António de Melo Castro Ribeiro.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete

Portaria n.º 3:747

Convindo modificar o plano de uniformes no sentido de facilitar aos oficiais, quando em passeio, o uso de um tecido mais leve do que o determinado para o uniforme de campanha; manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra, publicar o seguinte:

Em passeio os oficiais poderão usar o uniforme de cotim de lã ou de mescla de lã cinzenta, como já havia sido preceituado no artigo 3.º do decreto n.º 2.759, de 8 de Novembro de 1916.

Paços do Governo da República, 13 de Setembro de 1923. — O Ministro da Guerra, António Maria da Silva.